



ADVOCACIA DE NEGÓCIOS

Apagão no Citius teve reflexos negativos na Justiça em 2015

Bruno Simão

A reforma do mapa judiciário arrancou no ano anterior, mas quem assegura serviços jurídicos às empresas diz que o “crash” no sistema informático Citius afectou a Justiça de forma negativa ainda em 2015. Apesar disso, admitem, nem tudo correu mal.

JOÃO MALTEZ

jmaltez@negocios.pt



Os efeitos das mudanças dos últimos dois anos no sector da Justiça continuaram a fazer-se sentir em 2015. Nalguns casos de forma negativa.

O ano começou e continuou mal, depois do apagão sofrido pelo sistema de registo informático de processos judiciais. Esse é o lado negativo que alguns actores da advocacia vocacionada para as empresas encontram no funcionamento da Justiça em 2015. Mas houve capacidade para desburocratizar alguns procedimentos, o que veio facilitar a vida ao tecido empresarial.

Os efeitos das mudanças dos últimos dois anos no campo da Justiça continuaram a sentir-se em 2015. E nalguns casos de forma negativa. João Miranda de Sousa, líder em Portugal da sociedade de advogados Garrigues, entende que apesar de se terem alcançado alguns dos objectivos que inspiraram aquelas reformas, “a celeridade processual e a diminuição das pendências ficaram ainda longe de serem atingidas”. As dificuldades de aplicação do novo mapa judiciário são um exemplo citado por este advogado, já que em sua opinião

“acarretaram atrasos significativos na redistribuição dos processos”, ao mesmo tempo que o “famigerado ‘crash’ do Citius teve um impacto negativo que se estendeu ao longo de vários meses”.

Carlos Lucena, da firma Telles de Abreu, partilha a mesma opinião. Considera mesmo que por tais razões não houve um reforço da confiança na justiça e nos tribunais, um aspecto “indispensável para o desenvolvimento de qualquer economia”. Esta é, de resto, uma ideia também partilhada pelo “managing partner” da Sérvulo & Associados, Paulo Câmara, que refere a persistência de “uma

excessiva morosidade e de um défice de especialização dos tribunais judiciais”; e ainda por Luís Filipe Carvalho, sócio da ABBC, que admite, contudo, que as turbulências processuais criadas com a implementação do novo mapa judiciário “acabam por compreender-se”, face à dimensão da reforma em causa.

As “custas elevadíssimas e a falta de gestão no funcionamento organizativo dos tribunais” estão, por outro lado, entre os aspectos negativos de 2015 que Pedro Rebelo de Sousa, sócio fundador da SRS, encontra ao nível do sistema de Justiça. Se no sector há aspectos

menos positivos a considerar, Nuno Galvão Teles, “managing partner” da Morais Leitão, diz que estes se prendem com “as frequentes, e nem sempre coerentes, alterações legislativas em diversas áreas”. Isto, a par do “descrédito do sistema de justiça”, motivado pelas constantes violações do segredo de justiça.

Há aspectos positivos

Importa salientar que há também quem encontre pontos positivos no funcionamento da Justiça em 2015. Martim Menezes, sócio da CCA-Ontier, é um deles. No panorama geral, considera que o sistema judicial “está mais célere o

que traz, inevitavelmente, repercussões positivas no campo da Justiça”.

Este é um entendimento que Nuno Galvão Teles partilha quando fala da “continuação das tentativas de simplificação, agilização e maior eficácia em algumas matérias processuais directamente relacionadas com o reforço da confiança do sistema de justiça na área das empresas e do investimento”. Para este advogado, é também importante salientar que em 2015 houve uma “solidificação da resolução alternativa de litígios, em particular da arbitragem”.

Um ano marcado por casos na banca e por alguma retoma no investimento em imobiliário

“

O famigerado ‘crash’ do Citius teve um impacto negativo que se estendeu ao longo de vários meses.

JOÃO MIRANDA DE SOUSA
Advogado, sócio da Garrigues

[Aspectos negativo são as] custas elevadíssimas e a falta de gestão no funcionamento organizativo dos tribunais.

PEDRO REBELO DE SOUSA
Advogado, sócio da SRS

[Foi possível] desburocratizar alguns procedimentos e, desta forma, facilitar a vida ao tecido empresarial.

LUÍS PAIS ANTUNES
Advogado, sócio da PLMJ

O novo Código Tributário para investimento, que deverá funcionar, na perspectiva de Luís Pais Antunes, sócio da PLMJ, “como um incentivo adicional para os investidores estrangeiros”, ou “as reformas dos tribunais e dos processos” são aspectos que coloca do lado positivo quando faz o balanço do funcionamento da Justiça. Segundo adianta, as mudanças referidas permitiram, apesar dos reflexos negativos causados pelo “apagão” do Citius, “desburocratizar alguns procedimentos e, desta forma, facilitar a vida ao tecido empresarial”. ■

A agenda política e empresarial do país ficou marcada em 2015 pelos casos mediáticos do BES/Novo Banco, Banif, “Vistos Gold”, Pharol/PT ou Operação Marquês. Se alguns destes processos deram trabalho aos prestadores de serviços jurídicos às empresas, as notícias positivas para a advocacia de negócios este ano vieram do regresso de algum investimento estrangeiro.

“Além dos processos de privatização, de venda de activos de grupos económicos em dificuldades e das medidas de atracção de investidores para o mercado imobiliário, diria que, de um modo geral, houve uma influência positiva proveniente de uma melhor percepção internacional acerca de Portugal como destino de investimento”, evidencia o advogado e líder da sociedade Miranda e Associados, Diogo Xavier da Cunha.

É tamém esta a percepção de Pedro Raposo, sócio da

Raposo, Sá Miranda & Associados, para quem 2015 foi um ano em que se assistiu “à retoma dos novos negócios e novos investimentos efectuados pelas empresas” e ao “regresso de algum investimento estrangeiro que nos últimos anos havia estado arredado de Portugal”.

Aliás, Francisco Brito e Abreu, sócio da Uriá Menéndez-Proença de Carvalho, entende que a conjuntura vivida este ano foi bastante particular, na medida em que foram levados a cabo vários processos de reestruturação num cenário de consolidação e estabilização da situação económica e financeira do país”. Esta situação, adianta o mesmo advogado, “gerou um enorme interesse por parte de investidores dos mais diversos perfis pelas várias oportunidades de investimento que surgiram neste período”.

O contexto referido permitiu, assim, como sublinha Luís Filipe

Carvalho, sócio da ABBC, que os serviços jurídicos tenham começado, “timidamente, a ter operações relevantes”, um sinal visto como “indicativo do início da retoma económica”.

Tal como frisa Maria João Ricou, líder da Cuatrecasas-Gonçalves Pereira em Portugal, ainda assim “o investimento estrangeiro manteve-se aquém das expectativas, mas a entrada de novos ‘players’ no nosso mercado e, em paralelo, o interesse demonstrado por outros terão potenciais efeitos perduráveis”.

Ao nível da evolução da economia e dos benefícios daí decorrentes para os clientes das sociedades de advogados, Luís Pais Antunes, “managing partner” da PLMJ, evidencia o fim da intervenção da troika e as reformas do mercado de trabalho, da fiscalidade e de vários sectores de actividade.

Segundo diz, estes foram aspectos que se tornaram favoráveis ao investimento.

No entanto, num ano em que a agenda política e empresarial do país ficou marcado, em termos mediáticos, pelos casos BES/Novo Banco, Banif, “Vistos Gold”, Pharol/PT ou Operação Marquês, tal como lembra o mesmo advogado, também se assistiu a alguma instabilidade pós-eleitoral, com o consequente atraso na apresentação e discussão do Orçamento do Estado, o que “acabou por criar algumas dificuldades”, sobretudo ao nível da “confiança depositada por investidores estrangeiros”.

Por outro lado, tal como evidencia Martim Menezes, sócio do escritório CCA-Ontier, é verdade que a aposta dos investidores no país deve ser vista com bons olhos, mas só “os próximos anos determinarão se o investimento será produtivo ou tão só especulativo”. ■ JM

“

Houve uma influência positiva proveniente de uma melhor percepção internacional acerca de Portugal como destino de investimento.



DIOGO XAVIER DA CUNHA
Líder da sociedade de advogados Miranda e Associados

“

As empresas beneficiaram do impacto positivo de melhores indicadores económicos.



MARIA JOÃO RICOU
Managing partner da Cuatrecasas-Gonçalves Pereira

“

Os serviços jurídicos começaram, timidamente, a ter operações relevantes, sinal indicativo do início da retoma económica.



LUÍS FILIPE CARVALHO
Socio da firma de advocacia ABBC

“

Os próximos anos determinarão se este [novo] investimento será produtivo ou tão só meramente especulativo.



MARTIM MENEZES
Sócio da firma de advogados CCA-Ontier

ADVOCACIA
Apagão no Citius teve reflexos negativos na Justiça em 2015
LEX 54 e 55

